



UNILEÃO – CENTRO UNIVERSITÁRIO DR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

BENJAMIN COUTO CALOU MIZAE

**GÊNERO NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA SOBRE TRANSGENERIDADE**

Juazeiro do Norte

2022

BENJAMIN COUTO CALOU MIZAEAL

**GÊNERO NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA SOBRE TRANSGENERIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Campus Saúde), como requisito para obtenção de nota para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, Artigo Científico.

Orientador: Professor Me. Renan Costa Vanali

Juazeiro do Norte

2022

BENJAMIN COUTO CALOU MIZAEEL

**GÊNERO NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA SOBRE TRANSGENERIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Educação Física do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Campus
Saúde, como requisito para obtenção do Grau de
Licenciado em Educação Física.

Aprovada em 12 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Me. Renan Costa Vanali
Orientadora

Profº Me. José Caldas Simões Neto
Examinador

Profª Esp. Jenifer Kelly Pinheiro
Examinador (a)

Juazeiro do Norte
2022

Dedico esse trabalho a minha Família, especialmente a minha avó Maria Sidene Couto Calou e meu pai Jan Oliver Sass por todo incentivo e apoio na construção da minha essência como ser humano, sempre guiado pelos caminhos da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Lucina Calou, minha mãe, pessoa qual dedicou-se a minha criação e por muito tempo sem ajuda. Responsável em grande parte pelo ser humano que sou agora. Gratidão por todo apoio estrutural, financeiro e emocional. Amo você mamãe.

Agradeço ao homem da minha vida, meu pai, Jan Oliver Sass. Que em seus últimos anos de vida, pode dividir todo conhecimento que sobre vida e sobre ser um homem.

Não poderia também deixar de dedicar meus sinceros agradecimentos a minha falecida vizinha, a dona Maria Sidene por ser um exemplo de mulher e superação, a primeira mulher a conseguir o ensino superior, sendo difusora do papel da educação e da arte de lecionar, na família.

Novamente minha eterna gratidão a minha família, meu pai e minha mãe, minha irmã, minha avó e a minha esposa. Eu não seria absolutamente ninguém sem vocês.

GÊNERO NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE TRANSGENERIDADE

¹Benjamin Couto Calou MIZAEI

²Renan Costa VANALI

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

² Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

RESUMO

O artigo trata sobre como os professores de Educação Física lidam em relação à diversidade de gênero nas escolas do município de Juazeiro do Norte. O objetivo foi evidenciar como os professores que lecionam na etapa do ensino médio, sentem-se e trabalham com a transgeneridade. A metodologia de pesquisa para este trabalho foi aplicação de questionários com respostas pré-codificadas utilizando da escala linkert. Evidenciando que o nível que acreditam ter sobre o assunto é falho, como também sentem-se que não possuem conhecimento acadêmico necessário para lidar com os alunos e o tema. Essa falta de noção sobre o assunto desencadeia situações de preconceitos e discriminações no âmbito escolar, provenientes do não reconhecimento das diversidades de gênero. Mesmo assumindo a tarefa de validação do pleno respeito às diferentes formas de expressão dos sujeitos, que é fundamental para o sucesso do projeto de educação para todas e todos, a realidade é que a educação física continua reproduzindo padrões de exclusão e estereotipados. Para falar sobre gênero é preciso a ruptura com cisnormatividade que hoje é perpetuada pelo governo, escolas e professores. A transformação implica em repensar posições, conceitos e pré-conceitos. Nessa lógica, a educação escolar é obrigada a constituir o caminho de aceitação à livre percepção de si em consonância com relações igualitárias de gênero. O empenho para construção de um ambiente pedagógico onde os conhecimentos científicos acerca deste

assunto possam ser difundidos com domínio e propriedade deve partir de ações efetivas do governo que capacitem e direcionem os profissionais da Educação.

Palavras-chave: Identidade de Gênero, Escola, Transgeneridade e Educação Física

ABSTRACT

The article deals with how Physical Education teachers deal with gender diversity in schools in the city of Juazeiro do Norte. The objective was to show how teachers who teach in high school, feel and work with transgenderism. The research methodology for this work was the application of questionnaires with pre-coded answers using the linkert scale. Evidencing that the level they believe they have on the subject is flawed, as they also feel that they do not have the necessary academic knowledge to deal with students and the subject. This lack of awareness on the subject triggers situations of prejudice and discrimination in the school environment, arising from the non-recognition of gender diversity. Even assuming the task of validating full respect for the subjects' different forms of expression, which is fundamental for the success of the education for all project, the reality is that physical education continues to reproduce exclusionary and stereotyped patterns. To talk about gender, it is necessary to break with cisnormativity that is now perpetuated by the government, schools and teachers. Transformation implies rethinking positions, concepts and preconceptions. In this logic, school education is obliged to constitute the path of acceptance of free self-perception in line with egalitarian gender relations. The effort to build a pedagogical environment where scientific knowledge on this subject can be disseminated with mastery and ownership must start from effective government actions that train and guide Education professionals.

Keywords: Gender Identity, School, Transgenderism and Physical Education

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respeito ao Nome Social -----	13
Gráfico 2 – Confusão com expressões sobre identidade e orientação -----	14
Gráfico 3 - Sobre a presença de alunos trans -----	15
Gráfico 4 - Presenciar transfobia -----	16
Gráfico 5 - Sobre a utilização de vestimentas -----	17
Gráfico 6 - Sobre a utilização dos banheiros -----	18
Gráfico 7 - Nível acadêmico -----	19
Gráfico 8 - Como avaliam o seu próprio conhecimento sobre o assunto -----	20
Gráfico 9 - Se há interesse em se capacitar -----	21
Gráfico 10 - Saber o que significa a expressão transgênero -----	22
Gráfico 11 - Saber o que significa a expressão cisgênero -----	22
Gráfico 12 - Quais ferramentas são utilizadas para se informar sobre o assunto -----	23
Gráfico 13 - Sobre qual foi o de graduação -----	24

INTRODUÇÃO

A identidade de gênero de uma pessoa não tem ligação com sexo biológico e sim com a experiência subjetiva da própria essência de ser. O termo transgênero¹ refere-se às pessoas que, em sua essência, não se identificam como o gênero atribuído em seu nascimento. Indo além da visão, órgão sexual igual a gênero. Ou seja, o indivíduo vai agir e se expressar da maneira que se reconhece (JESUS, 2012).

Os recentes desenvolvimentos de debates sobre transgeneridade é resultado da luta pela visibilidade, porém a existência de pessoas transgênero é bem antiga. Inúmeros estudos antropológicos mostravam a presença da transgeneridade em diversas tribos de povos originários por toda América Latina. Apresentados pelo termo “dois-espíritos”, revela que as crenças nativas se organizavam além de homem e mulher. Porém, com efeito da colonização houve o apagamento dessas expressões de gênero (GILLEY, 2006; JACOBS et al., 1997; ROSCOE, 1991).

A cisnormatividade² é uma ideia criada na naturalização dos modos de organização e regulação do gênero em homem e mulher. Ou seja, impõe uma normatização cis, subjuga e patologiza outras identidades e promove expectativas sociais acerca de gênero designado. Essa ideologia gera vulnerabilidade a outras identidades e culpada por perpetuar uma rejeição que assassina pessoas trans³ (BAGAGLI, 2016).

No ano de 2021 o Brasil, pelo 13º ano consecutivo, é o país que mais mata pessoas transgênero no mundo. No mesmo ano foram registradas, pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas⁴. No ranking por estado, o estado do Ceará aparece em 2º com 73 casos de homicídios (ANTRA, 2022).

¹Transgênero palavra guarda-chuva que incluir homens trans, mulheres trans, não-binárias, travestis, transmasculinas, transfemininas.

²Nome atribuído para norma que identifica os gêneros de acordo com a genitália, impõe como algo natural e biológico. Como o “certo” sendo pênis igual homem e vulva igual a mulher.

³ Pessoas trans é a forma que será usada ao longo desse texto para falar sobre o coletivo das identidades transgeneres que serão mencionadas no decorrer do mesmo.

⁴ Pessoas transmasculinas são pessoas que foram designadas como mulheres ao nascimento, mas cujas identidades possuem alguma relação com ser homem, ou com masculinidade.

As pessoas que ousam transgredir a cisnormatividade tem muitas dificuldades para conseguir emprego e se manter no mercado formal, afirma Silva (2021). Segundo Bento, Xavier e Sarat (2020) até mesmo concluir a educação básica é um processo difícil para essa população, pois a escola ainda não está apta para administrar os conflitos existentes dentro dos seus espaços, além de ser o próprio agente que sustenta estereótipos a população trans.

A indiferença com as questões de gênero e a violência produzidas por parte da comunidade escolar, faz com que os trans não sintam-se pertencentes a comunidade escolar e almejem não estar nesses ambientes. O que gera infrequência, que acarreta em repetência e evasão ou abandono escolar como apontados nas pesquisas de (BOHM, 2009).

O esforço de manter os jovens transexuais no âmbito escolar é indispensável e legítimo. Partindo do princípio garantido na Constituição Federal Brasileira, de que a educação é um direito e para todos em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. É dever do poder público planejar diretrizes curriculares na educação básica para a inclusão da temática considerando às orientações sexuais, diversidades e identidade de gênero, com educação igualitária, não discriminatória e democrática (BRASIL, 1998).

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, prevê a implementação de políticas de prevenção à evasão escolar motivada por quaisquer formas de discriminação ou preconceito. Contudo escolas ainda apresentam dificuldades de lidar com questões de identidade de gênero e ou orientação sexual. Principalmente sem meios didáticos que conduzam o corpo docente há soluções fazendo que reproduzem novamente com esse grupo ações violentas como discriminação, descaso e expulsão (PERES, 2009; BRASIL, 2014).

Para realizar mudanças essenciais, é indispensável a quebra com padrões cisnormativos, como também, a inclusão de propostas coeducativas, visando aulas em que os jovens realizem atividades conjuntamente e ressaltem a importância em discutir e vivenciar o respeito às diferenças. Propor uma nova construção de Identidade de Gênero na Educação Física escolar, evitando reprodução de valores, padrões e funções estereotipadas, as quais tem sido atribuída como naturais de cada gênero (DONEGÁ; TOKUDA, 2017; GUIMARÃES, 2017; SANTANA, 2017).

Nessa proposta de ruptura, afim de evidenciar qual a situação sobre o assunto o objetivo do trabalho é analisar a percepção do conhecimento dos professores de Educação Física, evidenciando como se dá o reconhecimento de termos e opiniões sobre transgeneridade. Pois, a manutenção dos padrões expulsórios é evidente em âmbito escolar contra pessoas transexuais, também correspondem a ciclos de degradação humana e a falta de direitos básicos, sendo esses fatores cruciais para a marginalização e baixíssima expectativa de vida (LOURO, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

Sendo esse um estudo descritivo analítico, especificamente um estudo transversal, tendo abordagem de caráter quantitativo tendo em vista ser o mais apropriado para captar o retrato da realidade que a pesquisa buscou evidenciar.

A pesquisa de campo levantou dados por meio de questionário elaborado pelo proponente da pesquisa, contendo no total 13 perguntas com lista de respostas pré-codificadas. Sendo duas delas com repostas codificadas no modelo da escala Linkert, oito questões consistindo em “sim/não ou não sei”, uma com resposta de data, uma de matriz e uma de múltipla escolha de resposta única. O questionário foi distribuído por links personalizados e a aplicação deu-se de forma online.

Na presente investigação, definiu-se como população o universo de professores de Educação Física da cidade de Juazeiro do Norte. Mais especificamente, os profissionais licenciados, cujo atuem na rede pública ou privada, na etapa de ensino médio. A etapa escolhida se justifica por enquadrar mais alunos que podem se declararem transgêneros. Da rede particular fora 4 profissionais e 18 da rede pública, contemplando escolas de tempo integral, regular e profissionalizantes. Tendo obtido um resultado de 21 respostas válidas.

Os critérios de inclusão para participação da pesquisa foram: ser professor (a) formado da disciplina de Educação Física em licenciatura, atuar na etapa do ensino médio em escolas públicas ou particulares e que esteja lecionando a disciplina na cidade da pesquisa. Já os critérios de exclusão foram: Não estar mais lecionando, seja na etapa especificada como também fora do município especificado.

Os questionários foram aplicados do dia 27 de outubro ao dia 09 de novembro de 2022, tendo como local de coleta a cidade de Juazeiro do Norte. Nessa pesquisa, para a fundamentação teórica do trabalho, recorreu-se ao uso de material acessível ao público em geral, como livros, revistas, jornais, bancos de dados e sites na Internet, para verificar percepção do conhecimento dos professores, bem como perceber se possuem interesse em se capacitar sobre transgeneridade e se são capazes de respeitarem as identidades de gêneros dos alunos transgêneros.

O método apropriado para análise dos dados é a descritiva e por meio da técnica de Análise de Conteúdo, o desenvolvimento da análise corresponde a uma leitura minuciosa sobre o conteúdo emergido no estudo, a fim de desenvolver uma ampla discussão que apresente significados com fins psicológicos, sociológicos e filosóficos.

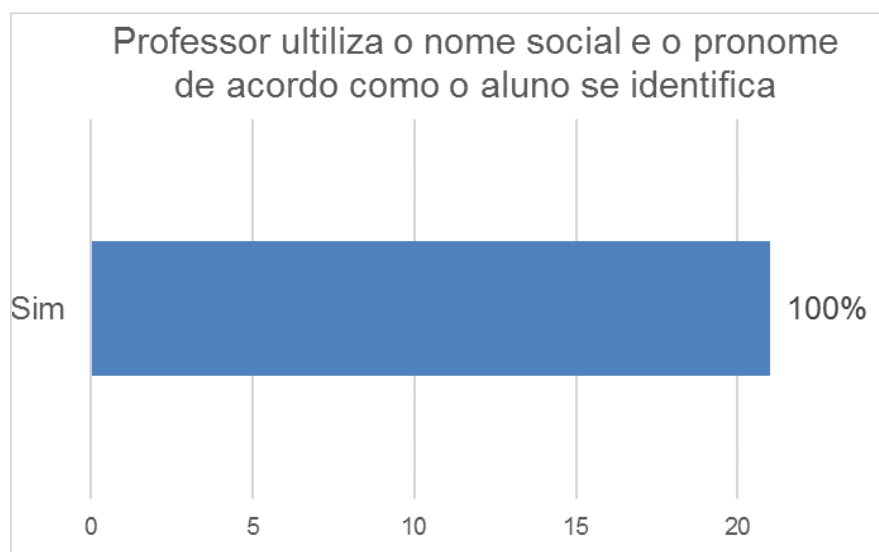
O projeto de pesquisa também foi submetido e aprovado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Com o parecer de número: 5.682.445.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse estudo obteve-se uma amostra de 21 formulários respondidos, sendo utilizada na representatividade da população de professores (as) licenciados de Educação Física, referindo-se a rede pública e privada de ensino médio da cidade de Juazeiro do Norte.

A pesquisa evidenciou que todos os participantes sabem a importância do nome social e expos que mesmo aqueles que ainda não tiveram a experiência com alunos trans afirmam que respeitariam o nome e pronome do jovem estudante. Um achado importante e positivo, reflete que de alguma maneira os discursos estão chegando aos profissionais, criando expectativas para possíveis estímulos nas modificações de comportamento excludentes nas escolas e nas aulas da disciplina.

Gráfico 1 - Respeito ao Nome Social



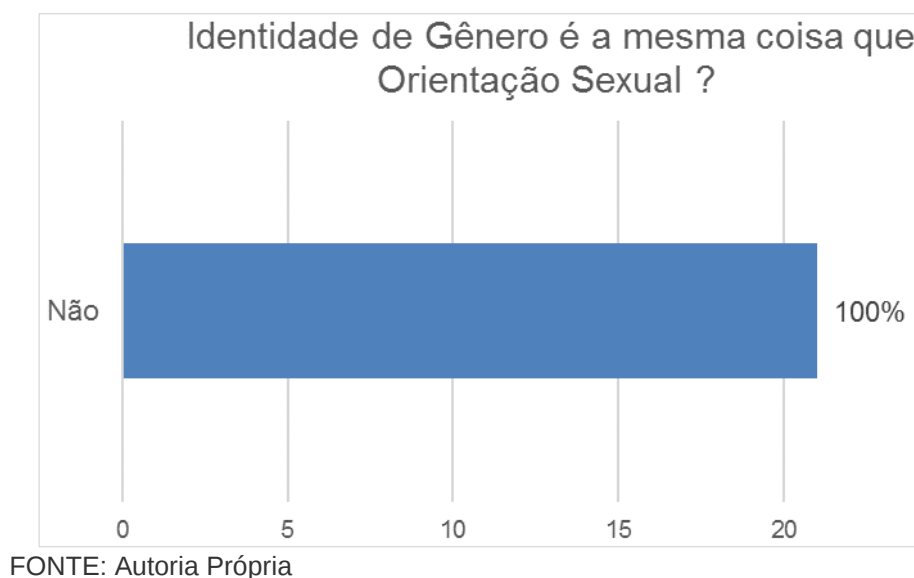
FONTE: Autoria Própria

Reflete também que a resolução cearense de número 437 do dia 11 de Abril de 2012, que possibilita a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do sistema estadual de ensino, está sendo respeitada. (CEARA, 2012)

O desrespeito com o nome social é uma das formas apagamento de identidade de uma pessoa trans mais conhecido. Alves e Moreira (2015) evidenciam que para transexuais e travestis ter o nome social considerado significa o pertencimento e a identificação com o gênero no qual a pessoa se reconhece.

Ao questionar os professores se acreditavam que orientação sexual e identidade de gênero fossem sinônimos, a resposta foi unanime para não. O intuito presente na pergunta, era observar se a confusão com os dois termos ainda se perpetuava.

Gráfico 3 – Confusão com expressões sobre identidade e orientação



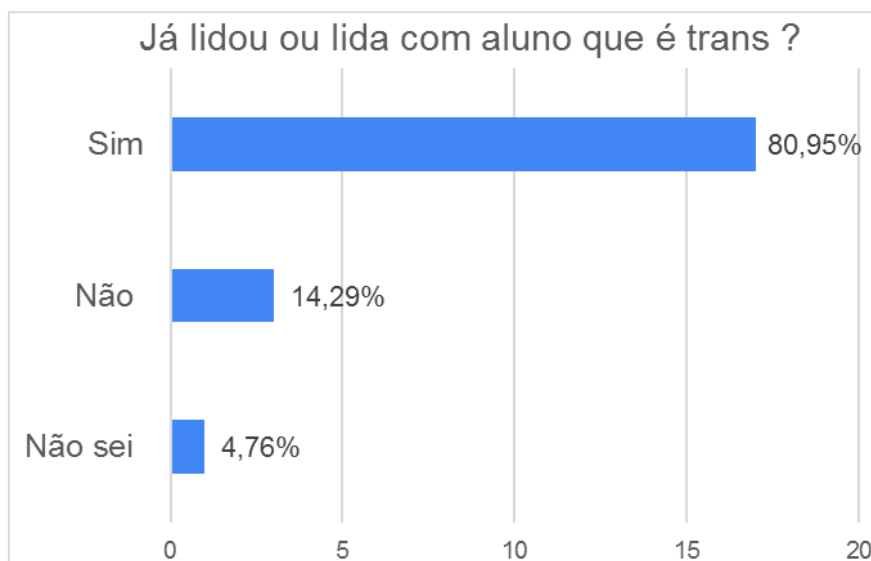
A negativa para pergunta das duas expressões é positiva, pois sugere, mesmo que tão subjetivo uma melhora do entendimento sobre os dois assuntos. A frequente confusão dos dois termos é um exemplo de discriminação e a perpetuação da cisheteronormatividade nas quais manifesta através de atitudes desrespeitosas e que produzem violação de direitos desses indivíduos ou grupos (BENTO; XAVIER; SARAT, 2020).

A orientação sexual também é muito criticada quando colocada em pauta para discussões nos currículos escolares. Apesar das constantes tentativas de invisibilizar as sexualidades, a presença de pessoas com plurais orientações nos espaços escolares é real. E esse processo de apagamento também se dá com a construção da norma da normalidade ao padrão heteronormativo (PINHO; PULCINO, 2015).

Dos 21 questionários aplicados 81% dos respondentes afirmaram que lidam ou já lidaram com alunos transgeneres, evidenciando a presença e passagem desses alunos no ambiente escolar. São os pais os responsáveis incumbidos de matricular seus filhos em instituições de ensino. Porém, muitos jovens trans ao se assumir para família perdem o apoio familiar. Sem essa rede de apoio psicológica, financeira, emocional e de estrutura, essas pessoas raramente conseguem ir à escola. Sendo essa a realidade da maioria das pessoas trans, que são obrigadas a sobreviver como conseguirem na rua, sem

Tempo de ir à escola, pois precisam fazer o possível para se manter sem ajuda familiar (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

Gráfico 5 - Sobre a presença de alunos trans.



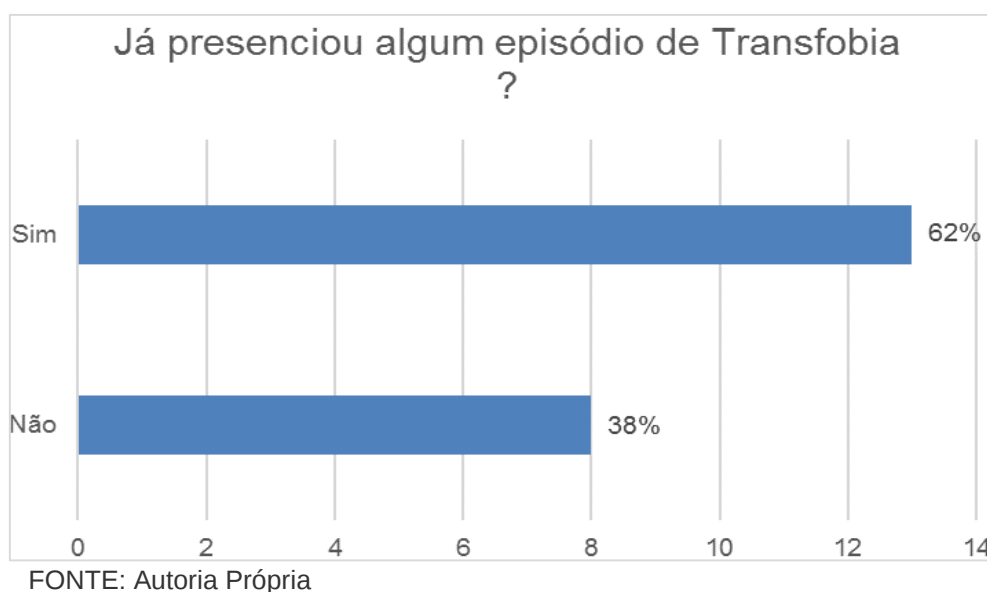
FONTE: Autoria Própria

Libâneo (2010) diz que é dever ético dos educadores lutarem e proporcionarem a mudança escolar sustentadas em valores de direitos humanos. As lutas políticas e profissionais tem objetivos reais a serem executados e não apenas demagogia. A escola tem como papel abraçar os alunos, fazerem sentir-se pertencentes a comunidade escolar, para assim conseguir alcançar os estudantes e prepara-los para a cidadania.

O espaço escolar é mencionado por vários catálogos internacionais de doenças mentais, como um dos maiores responsáveis pelo sofrimento vivenciado pelas pessoas transexuais e não-binárias (BENTO, 2011).

Ao analisar os elementos referente a episódios de transfobia, os profissionais apontaram já terem presenciado 62% algum ato de violência contra essa população dentro ou fora do ambiente escolar. Os tipos de violência não foram especificados mas podem ser de forma física, verbal, sexual, psicológica ou por negligencia. A incompreensão a que se refere da transexualidade, fomenta agressões intencionais, verbais ou físicas, impactando negativamente o processo de ensino e de aprendizagem dos discentes. (GOMES, 2021; SONETTI; GARCIA, 2020).

Gráfico 7 – Presenciar transfobia



A comunidade LGBTQIAPN+ sofre violações dos seus direitos humanos, por serem duramente sabotados por parte de governantes ditos como conservadores. Não aprovando projetos favoráveis à garantia da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro que gera invisibilidade social e apagamentos das suas narrativas (DE LIMA; DA SILVA, 2021).

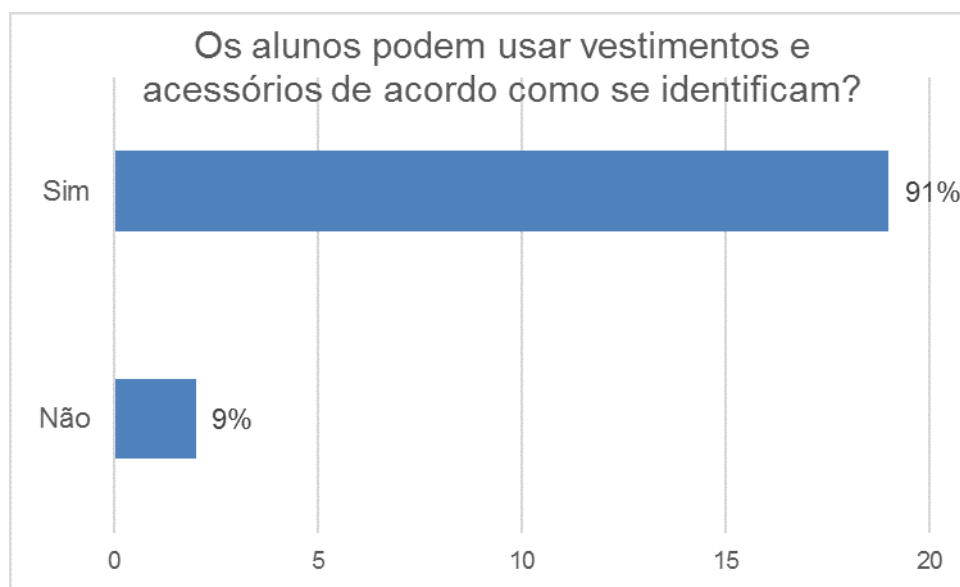
Para Foucault (1977) na sua obra 'Vigiar e Punir' comenta que a escola atua de forma a disciplinar e produzir corpos dóceis, que aceitem regras e a ordem social, ajustando a esses padrões impostos e enquadrando os jovens em ser, agir, pensar na reprodução cisheteronormativos. Os corpos que não obedecem a esses padrões ou não conseguem esconder suas identidades são perseguidos e massacrados. Descrito por muitos como um ambiente extremamente hostil, tanto a estudantes, professores e funcionários LGBT's (AMORIM, 2018; SALVADOR; DE OLIVEIRA; FRANCO, 2018).

Conhecida por ser um período marcante para a formação da identidade é na adolescência que o indivíduo passa por alterações emocionais e o amadurecimento corporal. (MACHADO, 2010). Por isso é fundamental a discussão sobre liberdade sexual, gênero, machismo e feminismo no intuito de construir sua sexualidade sem preconceitos e empoderamento desses futuros adultos (AMARAL et al., 2017). Os mesmos autores também afirmam que debater sobre papéis de gênero na adolescência é crucial para a compreensão

das relações estabelecidas repercutindo na vivência da sexualidade, e construção de suas identidades.

Ainda que alto o número de profissionais que disseram lidar com alunos transgeneres, 58% dos entrevistados responderam a questões com alternativas que privavam os alunos de algum direito. Embora minoria, para alguns a utilização acessórios ou vestimentas ditas masculinas ou femininas só poderiam ser usadas por pessoas cisgênero.

Gráfico 9 – Sobre a utilização de vestimentas



FONTE: Autoria Própria

Até o século XIV homens e mulheres utilizavam roupas similares, a divisão ocorreu com o avanço da moda. O vestuário feminino é criado, progressivamente, para exaltar os atributos biológicos feminino, evidenciando busto, quadril e cintura. Enquanto, as roupas masculinas atende o propósito expor sua posição social. A roupa é uma ferramenta para a socialização e de consolidar as noções que as pessoas têm sobre como devem parecer com seu gênero. O que é socialmente esperado é uma conformidade entre vestes e indivíduo, a moda apropriada para homens e outra para mulheres (COSTA, 2018).

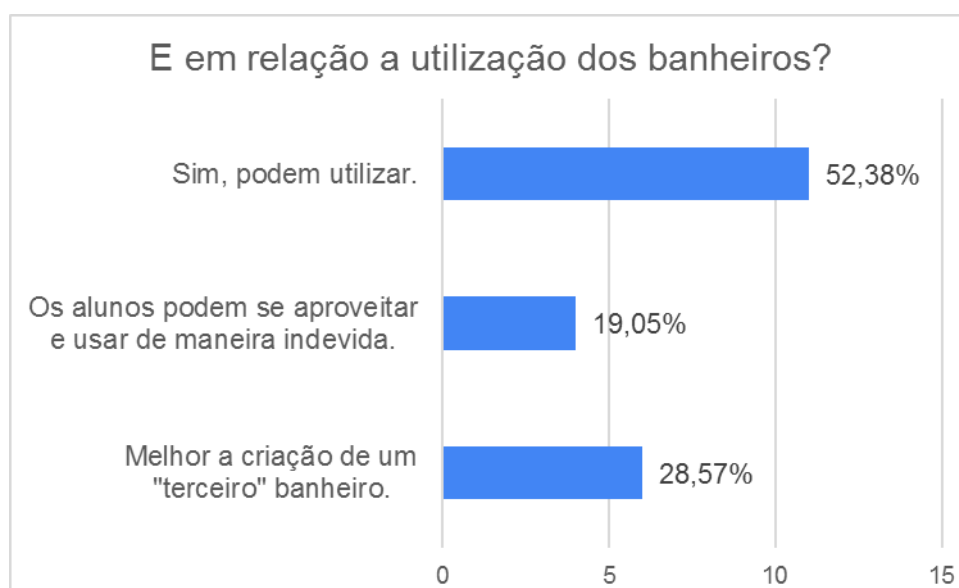
A mudança da vestimenta para uma pessoa trans é importante, pois está conectada a sua construção de personalidade e como aquela pessoa pode se manifestar. O uso de acessórios de acordo com sua percepção de ser, alimenta

sua autoestima e deve ser respeitado. Impossibilitar uma pessoa de se vestir como deseja é interferir da sua forma de se expressar (LANZ, 2014).

A utilização do banheiro da escola, ainda é muito discutida, promovendo constrangimento e violência quando negada e ou fiscalizada. Entre tanto, além de ser um espaço reservado à realização de necessidades fisiológicas; o banheiro é parte fundamental do processo de construção de identidades (OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

O impedimento da utilização do banheiro de acordo com a identidades de gênero pode configurar preconceito e ação discriminatória. As respostas dadas a utilização dos banheiros, os docentes se mostraram a favor de atitudes, lidas como preconceituosas e ou propuseram situações de segregação dos alunos transgeneres, somando 47,6%.

Gráfico 11 - Sobre a utilização dos banheiros



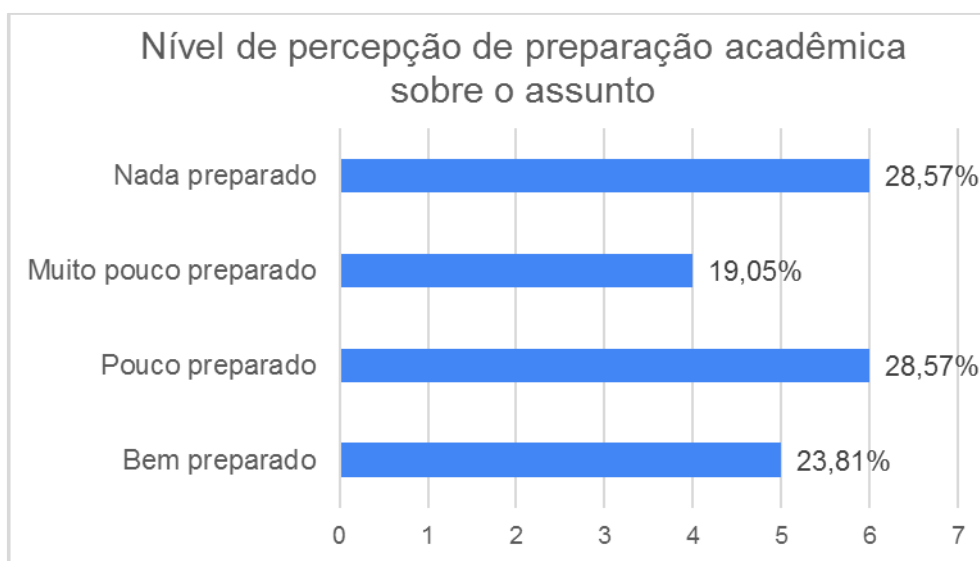
FONTE: Autoria Própria

Nessa perspectiva o que se encontra é chamado de rede de exclusão na escola, justamente destacando formas de opressão e processos de segregação, que os alunos transgeneres têm que lidar para permanecerem no espaço escolar (ANDRADE, 2012).

Sem preparação e esclarecimento, o espaço de aprendizagem não é capaz de acolher, de reconhece e nem e estimular seus alunos/alunas trans. Assim, ao avaliar a capacitação pelas instituições de formação de cada um, foi evidenciado que muitos consideram que aprenderam perto de nada em sua

graduação sobre identidade de gênero. Somando as repostas 76,19% apontam que sentem que sua preparação acadêmica foi falha. Esse número retrata como as instituições de ensino superior de formação desses participantes se preocupam com o tema da diversidade de gênero. É preciso efetivar o debate dos temas no ensino para incluir em seus currículos essas questões (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Gráfico 13 – Nível acadêmico.



FONTE: Autoria Própria

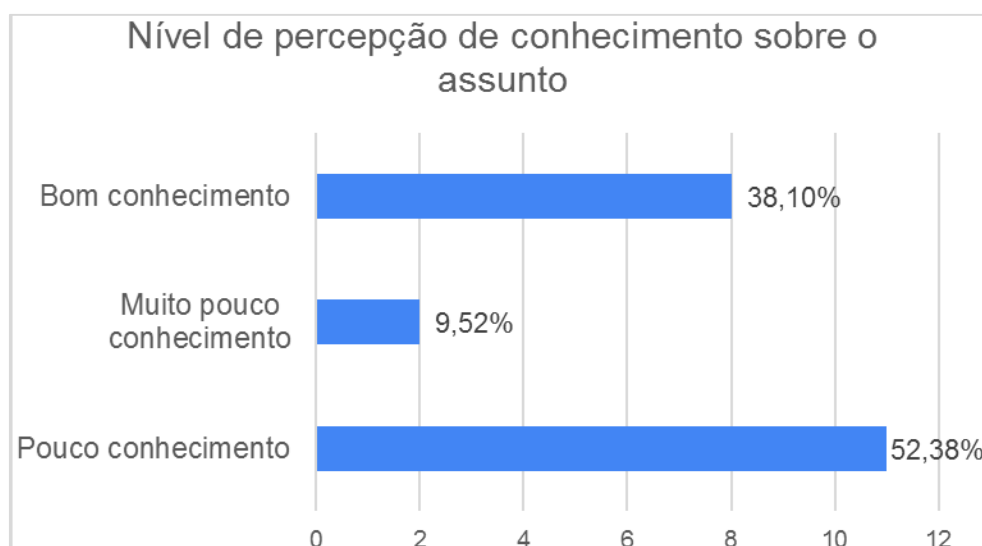
A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico, começou com muita luta social de grupos feministas e da comunidade LGBTQIAP+, que expuseram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares, nas décadas de “60” e “70”. No Brasil, a ruptura com o paradigma da biologia predominante nos debates sobre gêneros só se deu por volta dos anos “90”, após os novos estudos acadêmicos passarem a entender sexualidade e gênero no sentido analisado por Foucault (DINIS, 2008).

Ou seja, após a problematização da determinação biológica, a percepção que só o fator genético é capaz de definir as identidades de gênero foram sendo abandonadas. Ao perceber gêneros e suas percepções como fatores subjetivos a elaboração de trabalhos acadêmicos e estudos obteve uma visão que busca desmistificar a cisnormatividade, que até hoje é empregada como padrão natural (DUARTE; CESAR, 2014).

Referente a percepção do nível de conhecimento em relação a transgeneridade. Isso reflete diretamente no comportamento do (a) docente na escola com esses alunos (as), também está diretamente ligado a definição do ambiente escolar, se há sensibilidade sobre as necessidades e respeito ao outro, de preferência a sua identificação, seja de gênero ou sexualidade, algo que é inerente ao ser humano.

Diante disso, os participantes se avaliaram da seguinte maneira; as respostas foram divididas em 5 opções de muito bom conhecimento a nenhum conhecimento. Sendo pontuados apenas 3 opções, nas quais somados 62% afirmaram possuir saberes insuficientes sobre o assunto.

Gráfico 15 - Como avaliam o seu próprio conhecimento sobre o assunto.



FONTE: Autoria Própria

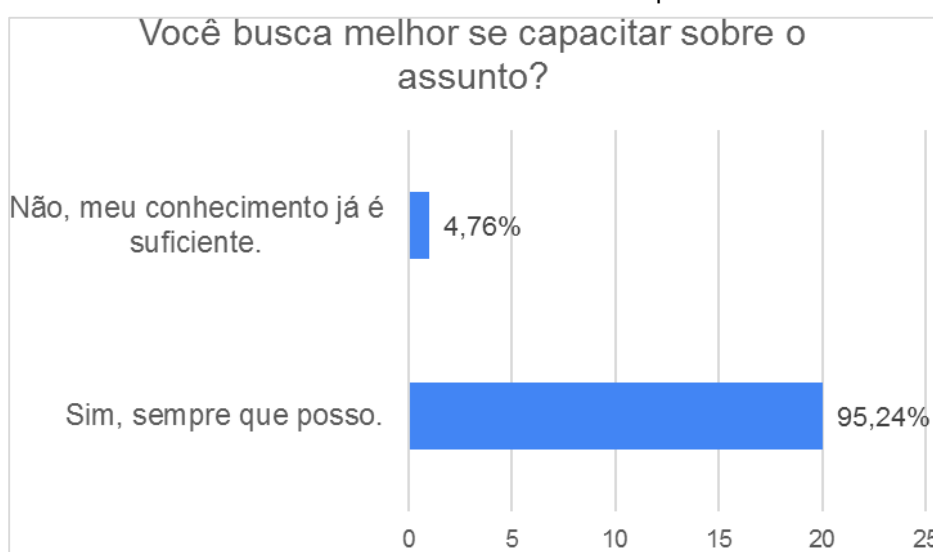
Essa falta de saberes a respeito aos múltiplos gêneros pode ser apontada por uma falta do discurso sobre esse tema nos currículos educacionais, tanto nas formações dos professores, quanto nas escolas. Ou seja, os professores não estão sendo instruídos sobre a diversidade de gênero, apesar de ter inúmeros documentos que exigem na lei o respeito a diversidade sexual e de gênero e estão em dispositivos como a LDB, o PNE e a BNCC. Por não aparecerem de forma explícita, as instituições escolares veem uma brecha para não integrar nos projetos políticos-pedagógicos (SOUZA, 2020).

As questões de gênero tratadas na escola atualmente, baseadas no PCNS, se limita a preocupações sobre gravidez indesejada e a prevenção de ISTs. Sem papel nos objetivos gerais, ausentando as relações de gênero,

mesmo reconhecendo-as fora do modo binário (DE ABREU; DOS SANTOS, 2016).

Provadas pelo interesse afirmado nessa questão. Apenas um participante nega-se buscar melhor se capacitar, mesmo afirmando não entender muito sobre o assunto e com considerações excludentes a pessoas trans. Então por conta própria os educadores buscam informações para que sintam mais seguros para lidar com as demandas, já que faltam orientações para cuidar do tema de forma adequada durante a formação da licenciatura (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

Gráfico 17 - Se há interesse em se capacitar



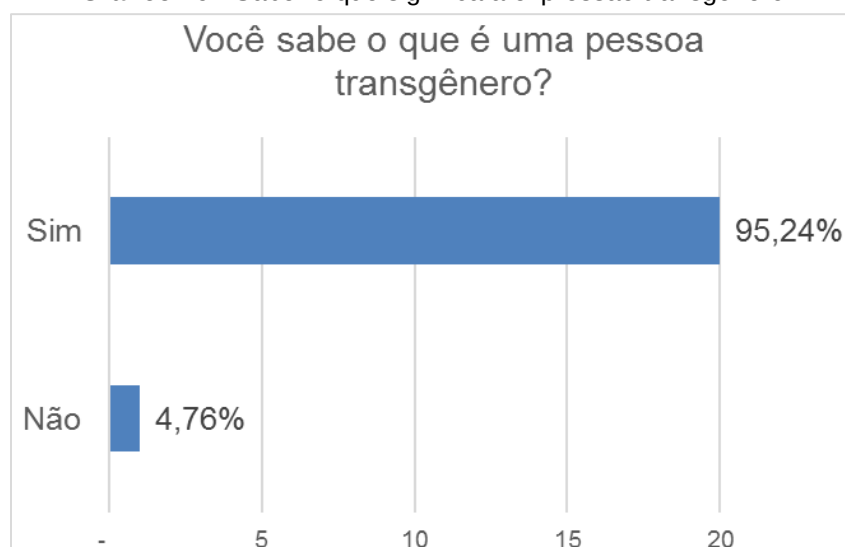
FONTE: Autoria Própria

A sociedade transmuta e também os meios de produção exigem outros modelos de formação, quando a produção de saberes é deficitária os professores formadores tem como consequência um agir deficiente. A formação continuada é um mecanismo permanente de preparo, atualização e aperfeiçoamento indispensável à atividade profissional, para melhorar a prática docente no intuito de assegurar uma educação de qualidade e a transformação social (FALSARELLA, 2021).

A condição que se dá com a limitação de informações diante desse assunto, justifica as respostas dadas na pesquisa a saberes de termos como transgênero e cisgênero, a maioria (20) dos profissionais souberam expor conhecer mais um termo que o outro. Essa dissonância nos resultados pode ser

apontada como espelho do padrão da cisnormatividade que está enraizada nas bases da cultura (BONASSI, 2017).

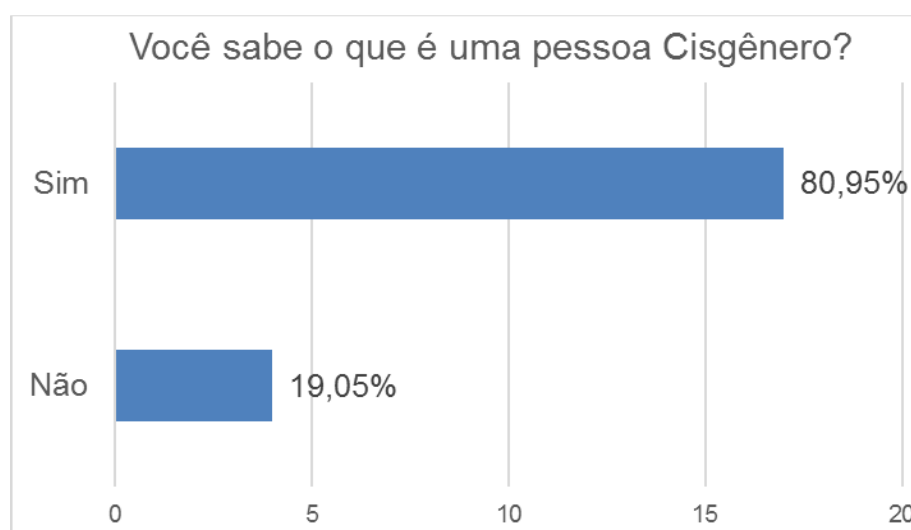
Gráfico 19 - Saber o que significa a expressão transgênero



FONTE: Autoria Própria

Afinal a utilização da expressão cisgênero é bem mais atual que o vocabulário transgênero, sendo ferramenta discursiva para denunciar violências que as populações travestis, transexuais e não binárias passam por não se adequar a dita normalidade esperada e compulsória. Segundo Bonassi (2017) os primeiros aparecimentos do termo cis são atribuídos à professora de biologia Dana Leland Defosse, em um fórum da Universidade de Minnesota, no ano de 1994 e em 1995 por um homem trans Carl Winard que utilizou o termo para compartilhar experiências e opressões da vivência trans.

Gráfico 21 - Saber o que significa a expressão cisgênero

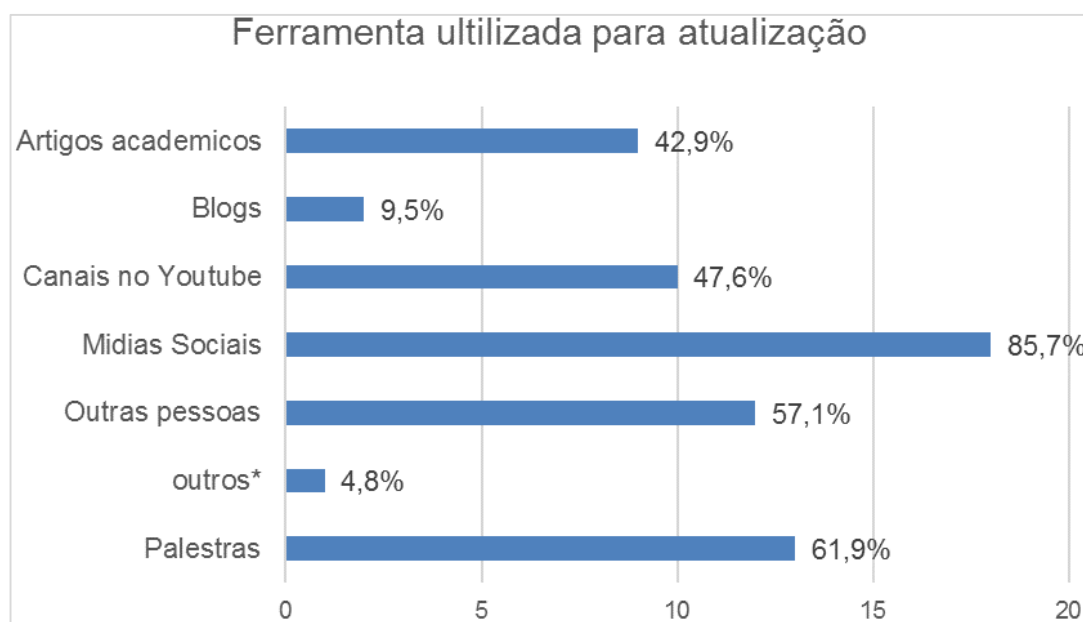


FONTE: Autoria Própria

Bagagli (2018) em seu artigo sobre gênero e discurso levantou que as buscas pela palavra “cisgênero” no Google de língua portuguesa em 2015 somaram 9.720 resultados, contrapondo que as palavras “transgênero”, “travesti” e “transexual” constaram somados mais de 251.130.000 de buscas e resultados. O que pode fundamentar saberem mais sobre um do que sobre o outro.

Ao serem questionados sobre quais ferramentas utilizam para se atualizarem e se capacitarem, a maioria da amostragem apontou o uso de mídias sócias, logo após palestras e outras pessoas, o que mostra interesse na busca por falas e experiências de pessoas da própria comunidade, que operam fortemente com essas ferramentas.

Gráfico 23 - Quais ferramentas são utilizadas para se informar sobre o assunto.



FONTE: Autoria Própria

A pesquisa sobre o uso da internet em 2019, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2019) revelou que o Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, 44% dessas pessoas usam o mecanismo de procura para acessar informações sobre educação. Eduvirges (2013) relata que foi através da Internet se tornou mais democrático e fácil o acesso a fontes de informação em centros de

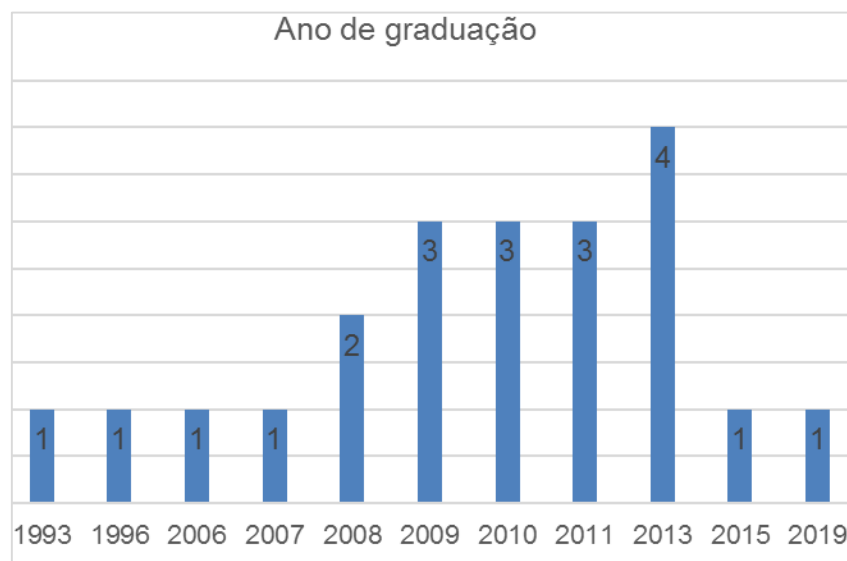
* Na opção em outros foi marcado “amigos”

documentação, serviços de informação e documentação e arquivos, tendo, acesso a monografias, artigos de periódicos, dissertações e dicionários.

A função social e democrática da internet está representada pelo diálogo igualitário e a incidência social que ela comporta. O que pode justificar a maioria dos participantes apontar usar essas ferramentas encontradas na internet. São nos espaços virtuais que todos podem expressar-se e ter o controle discursivo. O poder da comunicação que esses espaços criaram pelas mídias sociais, canais no Youtube, blogs dão a movimentos sociais e pessoas trans a capacidade de propagar suas pautas e lutas políticas. Com as rédeas do discurso, as pessoas conseguem expor suas demandas e histórias (MACHADO; RIVERA, 2017).

Na pesquisa foi perguntado o ano de graduação dos professores e ao comparar o ano com a capacitação acadêmica quanto a transgeneridade, não foi determinado nenhum padrão. O percebimento das informações do assunto não alcançou um aumento perceptível com o passar dos anos.

Gráfico 25 - Sobre qual foi o de graduação



FONTE: Autoria Própria

A despatologização da transexualidade é recente. Após 28 anos a resolução de 2018 remove a transgeneridade do rol de transtornos mentais, com o objetivo de impedir procedimento como aplicação de ferramentas ou técnicas psicológicas que corroborem com estigmas e preconceitos, como também veda a colaboração em desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias (CFP, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou a grande defasagem de informação sobre o assunto e é a desinformação que abre caminho para as fobias. Com uma postura de buscar mais eficiência e garantir os direitos básicos para a comunidade transgênero, atuações do estado se faz necessária. Como elaboração de políticas públicas efetivas na área da educação, sendo a porta para viabilizar instruções para os professores ofertarem melhores condições de permanência na etapa final da educação básica.

O município de Juazeiro do Norte deu pequenos passos para as transformações do cenário de combate a LGBTQIAP+FOBIA⁶, como criação do Disk Denúncia LGBTQIAP+⁷ e o Conselho Municipal dos Direitos LGBT, responsável para a elaboração e proposição de diretrizes de políticas públicas, voltadas para defesa e promoção dos direitos dessa minoria. Porém falta a efetividade em propostas educacionais.

Considero que é preocupante tantos professores afirmarem terem presenciado a transfobia e mesmo assim, serem capazes de reproduzir os estigmas e preconceitos. Muitas vezes, alunos (as) que se reconhecem transgeneres, passam por exclusões até nos seios familiares e recorrem a escola como o último e único lugar de apoio, que atualmente só reproduzem um “cistema” de repressão. Sendo largadas nas ruas, recorrendo a prostituição para sobreviver ou ao suicídio.

A Educação Física é saúde e educação, é uma ferramenta dentro da escola, com possibilidade de mudar percepções equivocadas e reproduções de padrões de exclusão. A primeiro momento, o que pode ser feito em nível municipal é expor a demanda a organizações como Seduc e Crede, sendo esses responsáveis a estabelecer as condutas e ações para qualificar o grupo escolar, para que seja uma ação coletiva e efetiva da organização das escolas.

Assim os órgãos governamentais do município junto com concelhos e organizações LGBTQIAPN+ podem em consonância planejar propostas que

⁶Descriminação de qualquer tipo contra pessoas de identidades e orientações diferentes da cisheteronormativa.

⁷ Sigla que contempla orientações sexuais e identidades de gêneros (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual

capacitem o corpo docente, gestão escolar e todos que formam a comunidade escolar. Dando segurança, autonomia até para traçar projeto político-pedagógico que diminuam a incompetência em lidar com a diversidade na escola e dar melhores condições de estadia desses jovens na escola.

Não se trata apenas de levar em consideração um nome e pronome, ou discussões sobre a mudança na língua portuguesa, quiçá onde devem fazer suas necessidades fisiológicas, refere-se à perpetuação de comportamentos que exila do direito a educação a essa população, os condenam a marginalização e a inferioridade. É primordial que ações aconteçam agora, não devemos mais aceitar sermos o país que mais mata pessoas Trans no mundo e nem que situações como essas reflitam as condições dos profissionais das escolas juazeirenses.

REFERENCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro:**(trans) subjetividades em escolas brasileiras. Quaderns de Psicologia 17, n. 3 p. 59-69, 2015. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjir_Yjub7AhVNppUCHTiFDJcQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.quadernsdepsicologia.cat%2Farticle%2Fview%2Fv17-n3-alves-moreira&usg=AOvVaw0cpUoQKOyW2N1dRB9TaOVt Acesso em: 28 nov. 2022

AMARAL, Alice Mayra Santiago et al. **Adolescência, gênero e sexualidade:** uma revisão integrativa. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 62-67, 2017. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1114> Acesso em 25 nov. 2022

AMORIM, Sylvia Maria Godoy. **Escola e transfobia:** vivências de pessoas transexuais. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153642> Acesso em: 29 nov. 2022

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 25 nov. 2022

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (ANTRA). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022

BAGAGLI, B. P. **A diferença trans no gênero para além da patologização.** Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 87–100, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17178. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>. Acesso em: 19 nov. 2022

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Cisgênero nos discursos feministas: uma palavra Tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida.** Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgeneronos_discursos_feministas_uma_palavra_tao_defendida_tao_atacada_tao_pouco_entendida.pdf Acesso em: 22 nov 2022

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmppzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 nov. 2022.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. **Escola e infância: a transfobia lembrada.** Cadernos Pagu, n. 59, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiC8JwvIb7AhUTppUCHVGGAILQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fcpa%2Fa%2FxCs6X8XvktzLTCzDFsVygqR%2Fabstract%2F%3Flang%3Dpt&usg=AOvVaw2MefZ4YLoL50ks-SB2bcK9> Acesso em: 18 nov. 2022

BOHM, A. M. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwizx6CP4X7AhW3qpUCHSCABK8QFnoECAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufba.br%2Findex.php%2Frevistaperiodicus%2Farticle%2Fdownload%2F36417%2F26931&usg=AOvVaw2dpouOSz8Uw6o-1AwkwoHT> Acesso em: 04 nov 2022An

BONASSI, Brune Camilo et al. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182706> Acesso em 15 nov. 2022

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília,

DF, 26 jun. 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 nov. 2022

CEARA (estado). Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 437/2012**, de 11 de abril de 2012. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Fortaleza: Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará, Ceará

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias e da comunicação no Brasil**. 2019 Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf Acesso em: 25 nov. 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (CFP). **Resolução nº01/2018**. Brasília, 2018

COSTA, Patrícia Pereira Cardoso da. **Indumentária e travestilidade**: a roupa como meio de afirmação da identidade de gênero. 2018. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59392> Acesso em: 28 nov. 2022

DE ABREU, Rachel Luiza Pulcino; DOS SANTOS, Raquel Alexandre Pinho. **Gênero e sexualidade nos PCNs**: uma análise dos objetivos gerais. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/download/28373/17210/127870> Acesso em: 20 nov. 2022

DE LIMA, Nilvanete Gomes; DA SILVA, Annie France dos Santos. **Cisgeneridade e transgeneridade em discursos**: uma análise foucaltiana dos apagamentos e das resistências no centro de ensino paulo vi em são luís, maranhão. Pesquisa em foco, v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj3sdP7kOb7AhVQqpUCHcPoDzAQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fppg.revistas.uema.br%2Findex.php%2FPESQUISA_EM_FOCO%2Farticle%2Fview%2F2722&usg=AOvVaw0enARDbUHsycJI554UnSoc Acesso em: 01 dez. 2022

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 nov. 2022

DONEGÁ, Cláudio Teixeira; TOKUDA, André Masao Peres. A transexualidade frente a uma sociedade que cria regras de gênero. **Revista Conexão, Três Lagoas-MS, 14**, v. 1, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/57294595/83-A-TRANSEXUALIDADE-FRENTE-UMA-SOCIEDADE-QUE-CRIA-REGRAS-DE-GENERO_1.pdf Acesso em: 11 nov. 2022

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Michel Foucault e as lutas políticas do presente**: para além do sujeito identitário de direitos. *Psicologia em Estudo*, v. 19, p. 401-414, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9gxZdSVBsQNwzJz8snNZLvP/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 nov 2022

EDUVIRGES, Joelson Ramos; DOS SANTOS, Maria Nery. A contextualização da internet na sociedade da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17450> Acesso em: 23 nov. 2022

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula**: os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Autores Associados, 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VMQqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=forma%C3%A7%C3%A3o+continuada&ots=B4L8Jdfjyn&sig=KoP9Wdwf7wQhIvAIPfyX0D7Szpo> Acesso em: 17 nov. 2022

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121335/mod_resource/content/1/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20II.pdf Acesso em: 26 nov. 2022

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. **Docência e concepções de sexualidade na educação básica**. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, p. 558-568, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pdtdc9LkKpJyrBfCVh6dQkTH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 nov. 2022

GILLEY, Brian Joseph. *Becoming two-spirit: Gay identity and social acceptance in Indian country*. U of Nebraska Press, 2006. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/chwe/austen/gilley.pdf> Acesso em: 02 nov. 2022

GOMES, Marceli et al. **A violência para com as pessoas LGBT**: uma revisão narrativa da literatura. v. 4, n. 3, p. 13903-13924, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/gdnh2ybsbzh2zba2k6v7nsk2xi/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/31815/pdf> Acesso em: 29 nov. 2022

GUIMARÃES, Camila de Carvalho Ouro et al. **Inclusão e integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente escolar**: um exercício de direito, saúde pública e cidadania. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi6hKaC5eX7AhVxrJUCHWPCDDMQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.bdt.d.uerj.br%3A8443%2Fhandle%2F1%2F7751&usg=AOvVaw1Tjv1Q59c3qJXc3oppco6m> Acesso em 10 nov. 2022

JACOBS, Sue-Ellen; THOMAS, Wesley; LANG, Sabine (Ed.). Two-spirit people: Native American gender identity, sexuality, and spirituality. University of Illinois Press, 1997.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2012. E-book. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso: 02 nov. 2022

LANZ, L. **O corpo da roupa:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014

LIBÂNEO, José Carlos. A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped-Centro Oeste**, 2010. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/SEMANA%20DE%20PLANEJ%20PUC%20AGO%202010%20FINAL.doc> Acesso em: 25 nov. 2022

LOURO, G.C. **Educação e docência:** diversidade, gênero e sexualidade. Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p.62-70, jan/jul. 2011. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/31/30> Acesso em: 21 nov. 2022

MACHADO, Otávio Luiz. **Violência nas escolas:** como pensar em juventude, democracia, direitos humanos e cidadania sem se preocupar com tal questão?. En Machado, Otávio Luiz., Presença das juventudes pernambucanas. Recife-PE (Brasil): Livro Rápido., 2010. Disponível em: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/32.pdf> Acesso em: 25 nov. 2022

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos; RIVERA, Laura Nathalie Hernandez. **Democratização na era digital:** desafios para um diálogo consciente e igualitário. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, p. 601-616, 2017. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/RBPP/article/view/4801> Acesso em: 21 nov. 2022

DE OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2292-Texto%20do%20artigo-6212-1-10-20160426%20.pdf>

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília:**

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 235-264, 2009. Disponível em:
file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/diversidade.pdf Acesso em: 05 nov. 2022

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. **Desfazendo os nós heteronormativos da escola:** contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. Educação e Pesquisa, v. 42, p. 665-681, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/PyPCKtCntxn8QbhTTVtZMzM/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 17 nov. 2022

ROSCOE, Will. **The Zuni man-woman.** UNM Press, 1991. Disponível em:
[https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=M5kQYi_Wi_UC&oi=fnd&pg=PR7&dq=ROSCOE,+Will.+\(1991\),+The+Zuni-Man-woman:+We'wha+and+the+Zuni+Third+Gender+Role.+Albuquerque,+University+of+New+Mexico.&ots=HVi1ubySHQ&sig=vqljeacYs_oObTThy5Ce5YFf_Lc#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=M5kQYi_Wi_UC&oi=fnd&pg=PR7&dq=ROSCOE,+Will.+(1991),+The+Zuni-Man-woman:+We'wha+and+the+Zuni+Third+Gender+Role.+Albuquerque,+University+of+New+Mexico.&ots=HVi1ubySHQ&sig=vqljeacYs_oObTThy5Ce5YFf_Lc#v=onepage&q&f=false)

SALVADOR, Nayara Cunha; DE OLIVEIRA, Anderson José; FRANCO, Neil. **Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans:** algumas reflexões necessárias. Revista de Educação Pública, v. 30, p. 1-18, 2021.

SANTANA, Bruno Silva De. **Educação física e transgeneridade:** novos olhares e perspectivas sobre diversidades corporais e de gênero. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30534>. Acesso em: 28 nov. 2022

SILVA, Helbe Cavalcante. **Transexualidade e Trabalho:** sobre a imprescindibilidade do trabalho na construção de identidades de gênero. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8416>
Acesso em: 03 nov. 2022

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. **Formação de professores/as em gênero e sexualidade:** possibilidades e desafios. Educar em revista, v. 35, p. 287-305, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=html&lang=pt> Acesso em: 15 nov. 2022

SONETTI, Sara Laham; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Ensinando a diversidade ou a transfobia?** Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. Revista Práxis, v. 1, p. 173-194, 2020.

SOUZA, H. H. de; FIALHO, L. M. F. **A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola.** Inovação & Tecnologia Social, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 19–32, 2020. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/3863>. Acesso em: 6 nov. 2022.

ANEXO: ROTEIRO DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

1. Ano que graduou-se: _____

2. Como você avalia o seu conhecimento sobre Identidade de Gênero?

- ☐ Nenhum conhecimento
- ☐ Muito pouco conhecimento
- ☐ Pouco conhecimento
- ☐ Bom conhecimento
- ☐ Muito bom conhecimento.

3. Você sabe o que é uma pessoa transgênero?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não tenho certeza

4. Você sabe o que é uma pessoa Cisgênero?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não tenho certeza

5. Como você considera sua preparação acadêmica para lidar com questões de identidade de gênero ?

- ☐ Nada preparado
- ☐ Muito pouco preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Bem preparado
- ☐ Muito bem preparado

6. Você busca melhor se capacitar sobre transgeneridade?

(*Transgeneridade - tema sobre transgeneros.*)

- ☐ Não, meu conhecimento já é suficiente.
- ☐ Não, pois não acho interessante ou relevante.
- ☐ Sim, sempre que posso.

7. Quais ferramentas você utiliza para aprender sobre questões de identidade de gênero?

Não me interessa

- ☐ Artigos acadêmicos
- ☐ Mídias Sociais
- ☐ Blogs
- ☐ Outras pessoas
- ☐ Canais no Youtube
- ☐ Palestras
- ☐ Outros:

8. Já lidou ou lida com alguém, em âmbito escolar, que é *transgênero* ?

(*Ex: Homem trans, Mulher trans, Travesti, Não-binário*)

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei responder

9. Já presenciou algum episódio de *Transfobia* na escola ou em outro ambiente?*

Transfobia - é todo e qualquer tipo de preconceito, aversão, rejeição, ódio, medo ou discriminação de pessoas transexuais. Essas atitudes podem se manifestar, de forma explícita ou velada, por meio de violências físicas, psicológicas ou morais.

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei responder

10. Você trata ou trataria uma pessoa *trans* pelo seu *nome social* e pelo pronome no qual a pessoa se identifica?

(*Trans* - Abreviatura para *transgênero* - *Nome social* - Nome pelo qual uma pessoa prefere ser chamado, diferente de seu nome de registro.)

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

11. Você concorda que nas escolas os alunos podem usar vestimentos e acessórios de acordo como se identificam?

☐ Sim ☐ Não

12. E em relação a utilização dos banheiros?

☐ Sim, podem utilizar.

☐ Acho perigoso para os outros alunos.

☐ Os alunos podem se aproveitar e usar de maneira indevida.

☐ Melhor a criação de um "terceiro" banheiro.

13. Você acredita que Identidade de Gênero é a mesma coisa que Orientação Sexual?

☐ Sim ☐ Não